

ARQUEOLOGIA & História

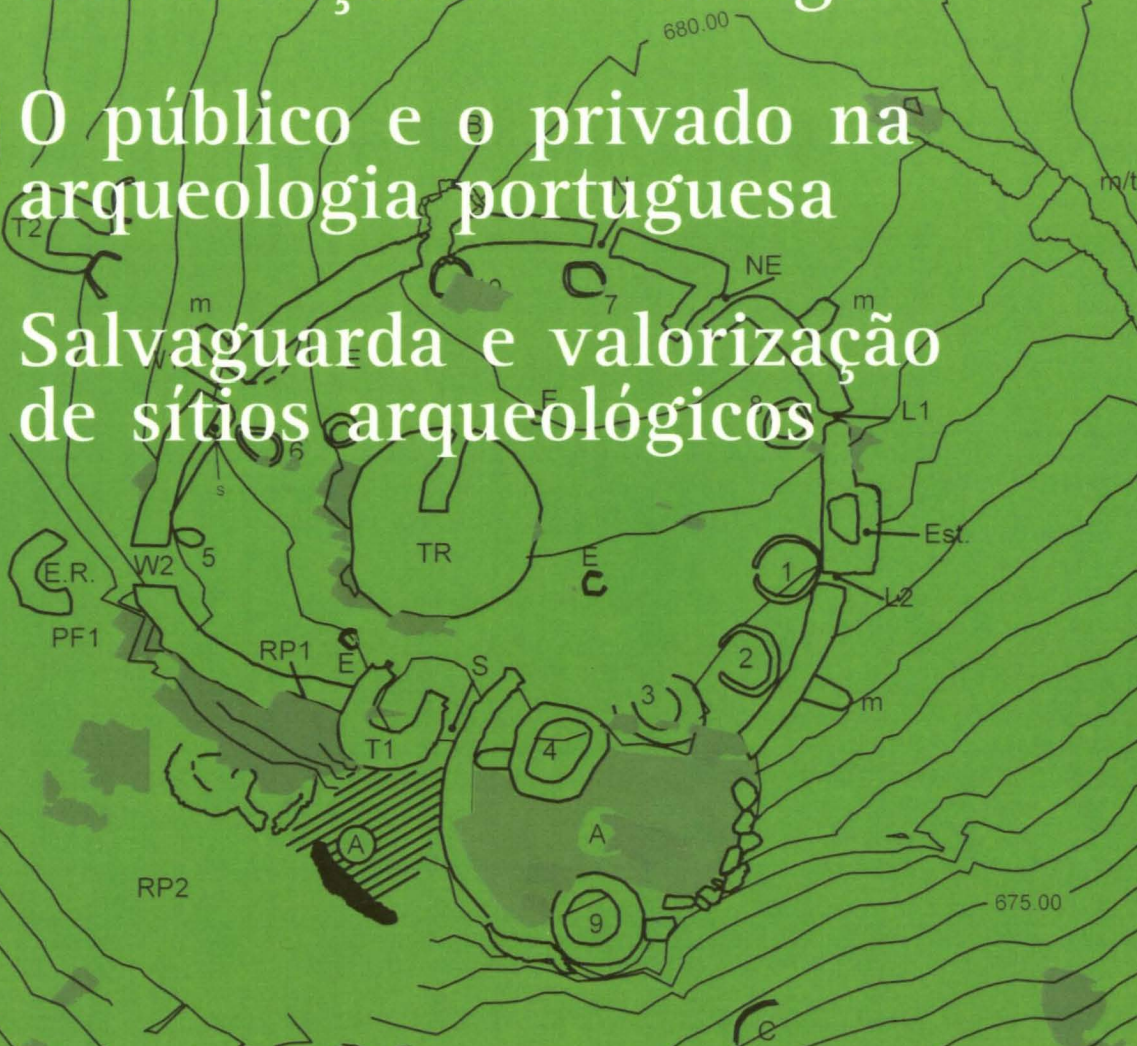


Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses | Volume nº55 | 2003

Neolitização em Portugal

O público e o privado na
arqueologia portuguesa

Salvaguarda e valorização
de sítios arqueológicos



Titulo
Arqueologia e História

Volume
55

Edição
Associação dos Arqueólogos Portugueses
Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa
Tel: 21 346 04 73 · Fax: 21 324 42 52
e-mail: associacao.arqueologos@clix.pt

Direcção
José Morais Arnaud

Coordenação
Paulo Almeida Fernandes

Projecto gráfico
oficina de design Nuno Vale Cardoso Et Nina Barreiros

Impressão
Publidisa

Tiragem
350 exemplares

© Associação dos Arqueólogos Portugueses
ISSN
972/9451-39-7

Solicita-se permuta
Exchange wanted

Ao artigos publicados nesta revista são da exclusiva
responsabilidade dos respectivos autores

O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras), síntese de vinte anos de escavações arqueológicas (1983-2002)

João Luís Cardoso¹

1. História das investigações

O povoado pré-histórico de Leceia é conhecido no mundo científico desde 1878, ano em que o General Carlos Ribeiro, pioneiro da Pré-História e da Geologia portuguesas, sobre ele publicou uma extensa e bem documentada memória, apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa, que pode considerar-se a primeira monografia dedicada a um povoado pré-histórico português (RIBEIRO, 1878).

Apesar de a estação ser, desde então, frequentemente referida em trabalhos da especialidade, tanto em Portugal como no estrangeiro – Leite de Vasconcelos dedicou-lhe, em 1917, artigo publicado nas páginas de "O Arqueólogo Português" com o título expressivo de "Arqueologia liceense" (VASCONCELOS, 1917), depois de ter longamente referido a estação no primeiro volume das "Religiões da Lusitânia" (VASCONCELOS, 1898) – jamais, até ao início da intervenção dirigida pelo signatário, se tinham ali realizado escavações. Apenas Joaquim Fontes publicou, em 1955, os resultados sumários de sondagens de prospecção que executou, em colaboração com o Escultor Álvaro de Brée (FONTES, 1955), este último durante décadas colecionador de materiais arqueológicos obtidos pelo próprio ou por naturais da região, tal como havia acontecido anteriormente com Abílio Rozeira, na década de 1920, em boa parte ainda inéditos, conservados no Museu Nacional de Arqueologia; outro tanto se não verificou com os materiais reunidos por Álvaro de Brée, os quais foram exaustivamente estudados e publicados pelo signatário em 1980 e 1981 (CARDOSO, 1980, 1981), já depois de ter desenvolvido minuciosa investigação do terreno (muitas vezes faltando às aulas no Liceu), logo iniciada em 1970, ano em que lhe fora oferecida a monografia de Carlos Ribeiro, com dedicatória do próprio a seu trisavô, antigo Ministro, Presidente da Câmara dos Pares do Reino e Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, o Conselheiro Augusto José da Cunha. Antes, tinha sido publicada síntese contendo as principais conclusões do estudo da referida colecção (CARDOSO, 1979). Data ainda desta fase inicial dos trabalhos, a publicação da primeira monografia sobre o povoado pré-

histórico pela Câmara Municipal de Oeiras, dedicada aos materiais cerâmicos da colecção de Álvaro de Brée (CARDOSO, 1982).

Em inícios de 1983, a área de interesse arqueológico encontrava-se em fase de degradação acelerada. Pouco tempo antes, um dos proprietários tinha aberto, com retroescavadora, numerosas valas para o plantio de árvores; outro, tinha construído um redondel de madeira para touradas, perfurando em numerosos locais o terreno, para a fixação da estacaria; mais grave ainda, a estação corria o risco de desaparecer totalmente, caso fosse aprovado, pela Câmara Municipal de Oeiras, um projecto geral de urbanização que viria a afectar a área arqueológica, loteando-a na sua totalidade. Tal facto resultava, em parte, de indefinição oficial da verdadeira área ocupada pela estação. Com efeito, dado que jamais ali se haviam feito escavações, o único elemento de trabalho disponível tratava-se da planta publicada por Carlos Ribeiro, em 1878, na qual se considerava como área arqueológica não apenas a plataforma do moinho da Moura (ou do Pires), mas também toda a extensa cumiada onde se implanta a actual povoação de Leceia, sendo, conseqüentemente, inútil; na verdade, apesar de o povoado pré-histórico de Leceia se encontrar classificado como Imóvel de Interesse Público, pelo Decreto nº. 45 327, de 23 de Outubro de 1963, a classificação não tinha sido acompanhada da delimitação da área a proteger, contribuindo para indefinição que só prejudicava a efectiva salvaguarda da estação.

2. Trabalhos realizados, resultados obtidos

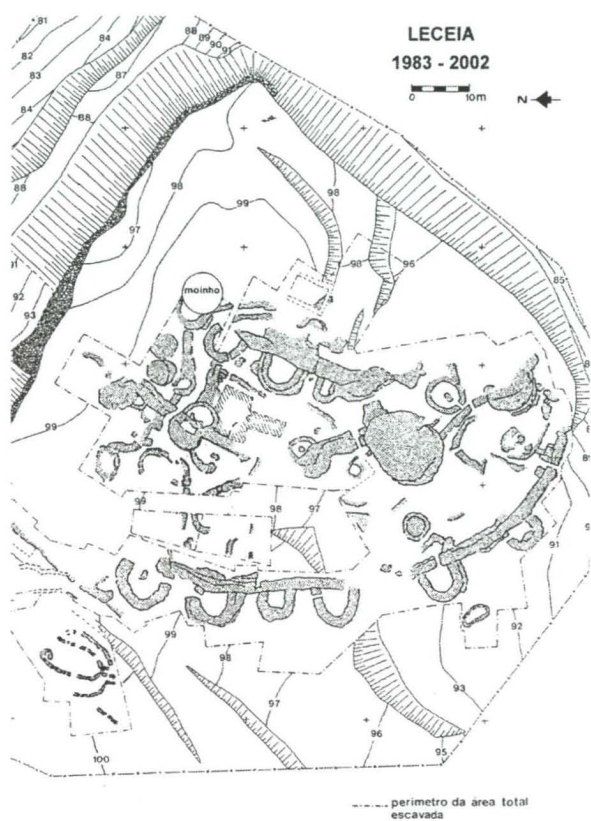
Importa observar que poucos ou nenhuns arqueólogos acreditavam, nos inícios da década de 1980, na existência de estratigrafias e, muito menos, de estruturas conservadas, em Leceia: isso justificou que – não obstante o seu fácil acesso e a boa documentação conservada, tanto no Museu Nacional de Arqueologia, como no Museu dos Serviços Geológicos de Portugal, recolhida por Carlos Ribeiro – jamais ali se tenham efectuado trabalhos arqueológicos, para além das pequenas sondagens de Joaquim Fontes. Para tal situação, muito terá contribuído a presença, em numerosas áreas da

estação, de extensos afloramentos de bancadas de calcários duros do Cretácico (Cenomaniano Superior), que constituem a ossatura geológica da plataforma onde se instalou o povoado pré-histórico, dando a impressão de nada mais restar das estruturas arqueológicas e da estratigrafia do antigo assentamento.

De qualquer modo, impunha-se proceder a escavações, conducentes, primeiro, à determinação da real importância arqueológica do sítio e, depois, caso aquela se confirmasse, à sua efectiva delimitação no terreno. Urgia, além disso, agir com rapidez. A elevada pressão urbanística sentida em toda a área periférica da cidade de Lisboa e a situação criada não se compaginava com atrasos.

Para o efeito, foi apresentado pelo signatário, em Janeiro de 1983, um Projecto de Investigação ao então IPPC interessando apenas esta estação pré-histórica o qual, uma vez aprovado, permitiu, em Agosto daquele ano, o início dos trabalhos de campo. Nessa primeira campanha, escavou-se uma área de 32 m², que actualmente se situa no núcleo do antigo povoado pré-histórico, entre a segunda e a terceira linha de muralhas. Destes trabalhos, resultou a demonstração, não apenas da existência de estratigrafia, nítida e bem conservada, mas também a sua relação com duas fases de ocupação distintas, caracterizadas pelos respectivos materiais, além de estruturas arqueológicas, relacionadas com cada uma delas. Estava, deste modo, demonstrada a efectiva importância científica de Leceia, justificando o alargamento da área escavada, através de uma exploração em extensão, que, vinte anos volvidos de campanhas anualmente efectuadas – em Agosto de 2002 efectuou-se a vigésima e última do ciclo iniciado em 1983 – ascendia a cerca de onze mil metros quadrados (Fig. 1).

A realização de tão prolongado programa de trabalhos – um dos mais ambiciosos realizados até ao presente numa única estação arqueológica em Portugal – permitiu, pela primeira vez em Portugal, a exploração integral de um vasto povoado calcolítico, demonstrando-se deste modo a importância excepcional da estação, tanto do ponto de vista científico como patrimonial, situando-a entre uma das estações mais relevantes para o conhecimento da génese das sociedades



1. Planta simplificada do povoado pré-histórico fortificado de Leceia.

complexas calcólicas peninsulares. Com efeito, identificaram-se três fases culturais e cinco fases construtivas, com início no Neolítico Final e *terminus* no Calcolítico Pleno, coincidente, na sua parte final, com a eclosão do "fenómeno" campaniforme. Os resultados desses extensos trabalhos foram apresentados em numerosas publicações, umas correspondentes a artigos científicos, outras a monografias de maior fôlego (CARDOSO, 1989, 1994, 1997, 2000, 2003). A relevância científica da sequência estratigráfica definida – a qual foi possível relacionar por um lado, com a sequência construtiva e, por outro, com o respectivo conteúdo artefactual e com a cronologia absoluta, conferindo-lhe uma dimensão cronológico-cultural de indiscutível relevância – foi, aliás, reconhecida recentemente como "a mais usável da Península", em recente síntese sobre o Calcolítico do centro e do sul de Portugal (GONÇALVES, 2000/2001).

Nas vinte campanhas anuais de escavações realizadas entre 1983 e 2002, foi posta a descoberto, como se

disse, uma área construída de cerca de 11000 m², correspondentes aproximadamente à totalidade do espaço intramuros.

Crê-se que tal área corresponda à mais vasta escavação realizada em um povoado pré-histórico português. Com efeito, só desta forma seria possível conhecer, de uma forma completa e articulada, a arquitectura doméstica e defensiva de um grande povoado calcolítico, bem como a sua própria organização e evolução interna ao longo dos cerca de mil anos de registos conservados, tanto através da estratigrafia como da sobreposição de estruturas. Nestas, encontram-se bem patentes as remodelações, restauros e reforços, incluindo nalguns casos o total arrasamento e substituição, factos denunciadores de estratégias de defesa e de ocupação diferenciadas, ao longo do tempo, mas sempre segundo planos previamente concebidos, que não são obra do acaso ou das circunstâncias.

Ao longo dos anos, os trabalhos de campo tiveram suporte legal em quatro Projectos de Investigação, sucessivamente aprovados pelo IPPC, depois pelo IPPAR, e, finalmente, pelo IPA, a partir de 1998. Tal foi o caso com a aprovação de Projecto de Investigação plurianual "Arqueologia do concelho de Oeiras", com vigência até 2001, a que se seguiu outro, com o mesmo nome, actualmente em curso de execução até 2005, altura em que se prevê ter todo o espólio publicado, em sucessivas monografias (de que já se publicaram quatro, a primeira relativa à indústria de pedra polida; a segunda, dedicada às faunas de grandes mamíferos, incluindo carnívoros; a terceira referente à malacofauna recolhida; e a última sobre os artefactos de osso), de forma sistemática e completa. Para tal, conta-se, como até agora, com os apoios alocados pela Câmara Municipal de Oeiras, através do seu Centro de Estudos Arqueológicos.

Se tal acontecer, como se espera, será a primeira vez que se conseguirá em Portugal e talvez mesmo na Península Ibérica, dispor de um povoado calcolítico integralmente escavado e publicado, nas diversas valências temáticas correspondentes ao espólio recuperado, envolvendo o esforço de uma equipa pluridisciplinar, inteiramente dedicada a tal objectivo. Este não tem inviabilizado, bem pelo contrário, o esforço desenvol-

vido na publicação de numerosos artigos temáticos, ou obras de síntese, que ascendem já a algumas dezenas, desde o início dos trabalhos de campo, inventariadas em publicação recente (CARDOSO, 2003).

É, ainda, no âmbito das acções de investigação e de divulgação, que se inscreve a edição pela Câmara Municipal de Oeiras, igualmente através do seu Centro de Estudos Arqueológicos, de uma série de índole estritamente arqueológica, os "Estudos Arqueológicos de Oeiras", na qual os resultados obtidos das investigações conduzidas em Leceia têm tido publicação privilegiada. Logo em 1991 se editaram dois números da Revista – o primeiro corresponde, não por acaso, á edição facsimilada e anotada da memória de Carlos Ribeiro dedicada a Leceia – para, nos anos seguintes, se consolidar tal produção, tendo saído do prelo, em Dezembro de 2003, o décimo-primeiro volume da série. As largas dezenas de artigos científicos ali publicados, todos de índole arqueológica, bem como a diversidade dos temas abordados, consubstanciam-se em mais de 4500 páginas impressas, fazendo desta revista uma realidade incontornável no panorama editorial português neste domínio. Tal é, aliás, confirmado, pela valia das revistas internacionais com as quais foi estabelecida e mantida permuta: nada menos de 135 títulos periódicos, dos quais apenas 36 portugueses.

3. A recuperação e a valorização da estação arqueológica

O património arqueológico é uma riqueza frágil e não renovável. É necessário que os arqueólogos e os poderes públicos se consciencializem de vez desta realidade e admitam que o seu trabalho e responsabilidades, não só perante quem os financia mas perante os próprios interesses nacionais, não se esgota com a escavação e a respectiva publicação dos resultados. Importa acabar com o espectáculo degradante de monumentos dolmênicos, povoados calcolíticos ou outros bens arqueológicos, que durante milénios estiveram conservados no solo, serem paulatinamente, depois de escavados, destruídos, esventrados pela erosão e pela incúria daqueles que deveriam ser os primeiros agentes da sua conserva-

ção: os arqueólogos. Neste sentido, importa que o cumprimento das medidas de conservação, já impostas aos arqueólogos pela legislação em vigor, sejam por este cumpridas e avaliadas superiormente, no concernente à sua execução e adequabilidade.

Tendo presente que um dos objectivos finais dos trabalhos encetados em 1983 consistia na escavação integral, seguida da recuperação, deste grande povoado calcolítico fortificado, com vista ao seu usufruto cultural, iniciaram-se em 1988 acções de restauro, consolidação e recuperação das estruturas arqueológicas entretanto postas a descoberto (Fig. 2). Os primeiros trabalhos integraram-se numa experiência-piloto, recorrendo a formandos de curso então ministrado em Conímbriga, e tiveram o apoio do então Director do



2. Pormenor dos trabalhos de restauro e consolidação de estruturas arqueológicas, realizados em Leceia.

Departamento de Arqueologia do IPPC e da Directora do Museu Monográfico de Conímbriga, que motivaram o signatário. Com efeito, a partir do momento em que as estruturas postas a descoberto atingiram expressão significativa, impunha-se a adopção de tais medidas, com dois objectivos essenciais, a saber:

- assegurar a conservação das estruturas: ao efectuar-se o alteamento dos muros, seguindo técnicas adequadas, cuja apresentação foi objecto de uma comunicação do signatário (CARDOSO, 1991), contribui-se para a protecção da porção primitiva, posta a descoberto pela escavação. No caso das muralhas e dos muros de Leceia, trata-se de alvenarias de argamassas

muito pobres, com blocos calcários não aparelhados e de natureza muito heterogénea, altamente sensíveis às acções desagregadoras dos agentes meteóricos, potenciadas por um longo período de enterramento, seguido de uma brusca exposição ao sol, à chuva e ao vento. Assim se compreende que, aos desmoronamentos, provocados pela erosão do ligante argiloso, se somasse a alteração e a fracturação dos referidos elementos construtivos.

· tornar as ruínas mais aliciantes e compreendidas: parte do êxito obtido em algumas – infelizmente ainda muito poucas – estações arqueológicas portuguesas deve-se à simples regra de conservar os espaços arqueológicos nas melhores condições de visita. No caso de Leceia, para além das condições gerais de arranjo e limpeza – o espaço é desmatado duas vezes por ano por brigadas de limpeza da Câmara Municipal de Oeiras – era imperativo proceder a tais trabalhos de restauro de modo a tornar mais perceptíveis as estruturas postas a descoberto aos olhos dos leigos, que constituem a larga maioria dos visitantes, evidenciando-as dos caos de blocos de onde, anteriormente, mal se divisavam.

Os trabalhos de restauro e conservação iniciados em 1988 prosseguiram até 1993, através de uma empresa constituída pelos formandos do curso supra-citado, sendo custeadas pela Câmara Municipal de Oeiras. Actualmente, a área que mais carecia de tais trabalhos encontra-se completamente recuperada, tendo-se recorrido, para o efeito, aos próprios materiais construtivos oriundos das camadas de derrube onde jaziam.

A separação entre a parte reconstruída e a existente foi realizada através de pequenos marcadores de cerâmica colocados à face de ambos os paramentos das estruturas, na zona de contacto entre blocos, depois de se terem ensaiado outras alternativas, consideradas menos adequadas, como a deposição de camas de gravilha e a marcação por cravação de pernos de bronze na última fiada de blocos originais. Deste modo ficou garantida, com a indispensável discrição (num quadro interventivo minimalista), mas sempre possível de identificar por parte dos mais interessados ou dos profissionais, na actualidade e futuramente, separação entre as partes originais das estruturas e as reconstruções efec-

tuadas, que, em qualquer caso, se consideram de evidente interesse e indispensabilidade, no quadro supra descrito.

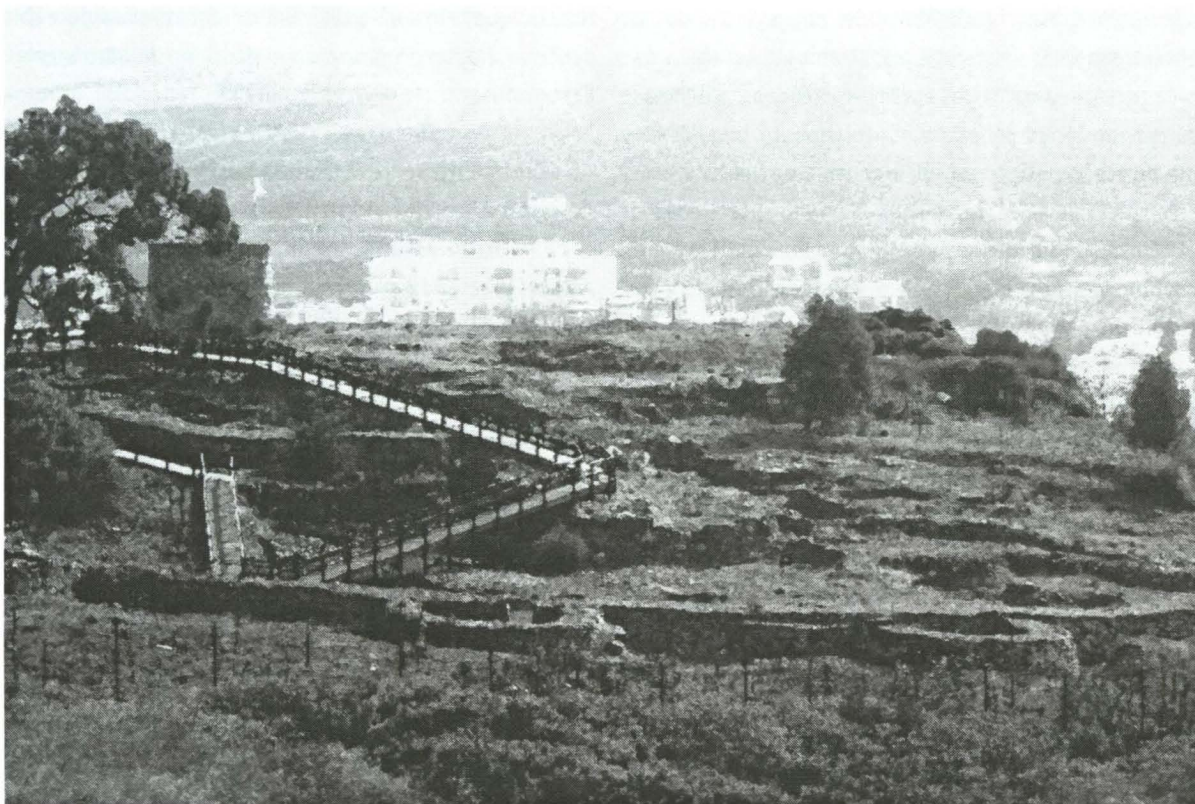
4. A musealização, a animação e a divulgação da estação arqueológica

As acções referidas, no âmbito da recuperação de estruturas, foram complementadas no terreno com a organização de circuito de visita constituído por passeadeira de madeira (Fig. 3). O traçado escolhido privilegiou as zonas mais internas da área escavada, dificilmente acessíveis de outro modo pelos visitantes, evitando, assim, o seu atravessamento pedonal, com os danos consequentes, ainda que inadvertidos, nas estruturas arqueológicas.

Por isso, parte daquele circuito teve de ser assente sobre pilares de madeira, ainda que a pequena altura, permitindo a observação directa do terreno em condições adequadas. Neste contexto se insere, igualmente, a recuperação de pequeno moinho, situado na parte mais proeminente da plataforma, datado de 1707. A sua reconstrução, em 1989, permitiu o aproveitamento do espaço interior como pequena zona expositiva; o terraço da cobertura passou a constituir excelente plataforma de visualização de toda a área escavada. Na periferia desta, optou-se por deixar o terreno tal qual se encontrava, sem qualquer outra intervenção que não fosse a sua limpeza periódica e o revestimento com espécies adequadas, uma autóctones, como a oliveira, outras adequadas a ambientes arqueológicos, de cunho mediterrânico, como é o caso do cipreste.

Prevê-se que tais acções se estendam, em futuro próximo, à zona especial de protecção, através da aprovação de plano de pormenor em curso de preparação no Departamento de Projectos Especiais da CMO, para além da construção de uma entrada condigna, com um pórtico e painéis explicativos, aguardando-se presentemente a apreciação, pelo IPPAR, do respectivo projecto de arquitectura (obra entretanto concluída e inaugurada em Novembro de 2003).

Mas as acções descritas, requeriam e requerem a posse efectiva dos terrenos, pelo menos dos correspondentes à zona *non aedificandi*. Trata-se de processo com-



3. Vista do povoado pré-histórico, tomada de ocidente, com a passadeira de madeira parcialmente visível, à esquerda.

plexo levado a cabo, desde há vários anos, pelo Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico da Câmara Municipal de Oeiras, mas dificultado pelo elevado número de proprietários e seus descendentes. Actualmente, algumas das parcelas são já propriedade municipal, e de outras, foi requerida pelos donos, a respectiva expropriação, como prevê a legislação em vigor.

A animação cultural do espaço arqueológico, iniciou-se logo que, em 1988, foi criado o Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras. Tal vertente da sua actividade revestiu-se, nos anos subsequentes, de importância crescente, a ponto de constituir, presentemente, uma das suas áreas primordiais de actuação. A estação arqueológica é, anualmente, procurada por mais de mil visitantes, integrados sempre em visitas guiadas no âmbito de actividades escolares de todos os graus de ensino, associações de sócio-culturais, ou grupos profissionais, bem como de programas temáticos organizados pela Câmara Municipal de Oeiras, destinados a vários grupos etários, designadamente de residentes no concelho.

Bem entendido, para que as referidas visitas se possam efectivar nas melhores condições, é indispensável apresentar o espaço arqueológico limpo e cuidado; tal é garantido em permanência, por funcionários da Câmara Municipal de Oeiras, que além dessa acção de acompanhamento constante, promovem, através das unidades orgânicas com competências na área da salubridade e dos espaços verdes, a manutenção em condições adequadas, do espaço arqueológico.

Complemento indispensável à observação da estação arqueológica, é a deslocação à sala de arqueologia, montada em edifício da antiga Fábrica da Pólvora de Barcarena, visitada por Sua Excelência o Presidente da República em 17 de Junho de 1998. Trata-se de exposição monográfica permanente exclusivamente dedicada ao povoado pré-histórico, incluindo maquetas, fotografias, desenhos e, sobretudo, os mais importantes artefactos encontrados, documentando diversas actividades domésticas e religiosas ali desenvolvidas. Com efeito, uma das perguntas mais frequentes de quem visita o povoado diz respeito ao local onde se encontram os materiais e se



4. Vista parcial da exposição monográfica permanente dedicada ao povoado pré-histórico de Leceia, patente ao público na Fábrica da Pólvora de Barcarena (Oeiras).

estes se podem ver: a iniciativa em apreço permitiu responder adequadamente a esta questão (Fig. 4).

Alguns equipamentos são francamente inovadores, com destaque para uma grande maquete, a maior até ao presente realizada em Portugal de uma estação arqueológica, de grande pormenor, animada por uma sequência de luz e de som, conectada por computador, a primeira no seu género existente em Portugal (projecto da autoria do Eng. Rui Silva e Santos).

Trata-se de espaço museológico que inicialmente foi apresentado, de Julho de 1997 a Fevereiro de 1998, no Museu Nacional de Arqueologia, inaugurado pelo então Ministro da Cultura e pelo Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, dando início à série de exposições temáticas realizadas ali desde então, em colaboração com diversas autarquias, em consequência dos bons resultados alcançados. Convém, a propósito, referir que a apresentação pública dos resultados obtidos nas escavações arqueológicas se iniciou de forma consequente logo em Fevereiro

de 1987, com uma exposição que esteve patente em Oeiras, no Palácio do Egipto, prosseguindo tal actividade com carácter regular desde então, incluindo palestras em escolas e a edição de desdobráveis de grande tiragem, já com três edições (1989; 1996 e 2002), para além de programas ou reportagens radiofónicas e televisivas. Também os artigos jornalísticos ascendem já a várias dezenas, alguns de grande extensão. Destaque ainda para o apoio a estudantes de licenciatura, de mestrado e de doutoramento no âmbito da preparação das respectivas dissertações ou trabalhos de seminário.

Prevê-se para breve a abertura ao público da estação arqueológica, sem prejuízo da manutenção das visitas guiadas, logo que se encontre terminada a sinalética dos locais mais relevantes e impresso o correspondente guia descritivo.

5. Conclusões e perspectivas de desenvolvimento

À excepcional importância científica do povoado pré-histórico de Leceia, soma-se o seu alto valor patrimo-

nial, sublinhado pela imponentia das estruturas postas a descoberto nos vinte ininterruptos anos de escavações arqueológicas ali realizadas. A tal realidade, acresce a sua fácil acessibilidade, a proximidade de grandes vias de comunicação e de importantes aglomerados urbanos, a começar pelos existentes no próprio concelho, cujos habitantes detêm um dos rendimentos *per capita* mais altos do País, propiciando à partida condições favoráveis para a boa recepção de iniciativas de carácter cultural de carácter inovador.

A existência de um público potencial numeroso, informado e exigente, cada vez mais motivado para a "descoberta" do rico património arqueológico português, tantas vezes "ao pé da porta", público esse que, no caso em apreço, pode ser facilmente multiplicado várias vezes, face à situação vigente – bastaria, para tanto, que o sítio se integrasse nos roteiros de visitas culturais das agências turísticas que operam na área de Lisboa – justifica que às acções de valorização, musealização e divulgação descritas, se adicione, a curto prazo, a aquisição dos terrenos ainda em posse particular, tanto da zona *non aedificandi*, como da zona especial de protecção envolvente. Tais terrenos afiguram-se indispensáveis à construção das necessárias infraestruturas de apoio, cujo estudo se encontra em

curso no Departamento de Projectos Especiais / CMO (parque de estacionamento, sanitários e zonas de serviços, incluindo espaço museológico próprio); trata-se de iniciativa cuja sustentabilidade parece inquestionável. É nesse âmbito que se inscreve o importante melhoramento, já concretizado, conducente à dignificação do espaço arqueológico, conferindo-lhe, ao mesmo tempo, adequada visibilidade, que é a qualificação da entrada no recinto, segundo projecto elaborado pelo Departamento municipal atrás referido. Trata-se, enfim, de transformar um valor patrimonial com relevantes serviços já prestados à formação e informação, mas até agora numa perspectiva limitada de actuação, num pólo de primeira grandeza, tanto qualitativo, como quantitativo, de atracção turístico-cultural a nível regional e nacional, gerador até de receitas próprias, susceptíveis de incentivar o desenvolvimento das actividades económicas locais.

Notas

¹ Agregado em Pré-História. Professor da Universidade Aberta (Lisboa) e Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).

Bibliografia

- CARDOSO, J. L. (1979) – O povoado pré-histórico de Leceia (Lisboa, Portugal). Nota prévia sobre a coleção de Álvaro de Brée. *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*. Lisboa. 21 (2/3), p. 265-273.
- CARDOSO, J. L. (1982) – *O castro de Leceia*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (1989) – *Leceia. Resultados das escavações realizadas 1983-1988*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 146 p.
- CARDOSO, J. L. (1991) – A reconstrução de grandes estruturas em povoados calcolíticos: algumas considerações a propósito do exemplo de Leceia. *IV Jornadas Arqueológicas* (Lisboa, 1990). Actas, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 139-146.
- CARDOSO, J. L. (1994) – *Leceia 1983-1993. Escavações do povoado fortificado pré-histórico*. Estudos Arqueológicos de Oeiras. Oeiras. Número especial.
- CARDOSO, J. L. (1997) – *O povoado de Leceia sentinela do Tejo no terceiro milénio antes de Cristo*. Lisboa/Oeiras: Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Oeiras, 128 p.
- CARDOSO, J. L. (2000) – The fortified site of Leceia (Oeiras) in the context of the Chalcolithic in Portuguese Estremadura. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford. 19 (1), p. 37-55.
- CARDOSO, J. L. (2003) – *O povoado pré-histórico de Leceia no quadro da investigação, recuperação e valorização do património arqueológico português*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- FONTES, J. (1955) – Estação eneolítica de Leceia (Barcarena). *Revista de Guimarães*. Guimarães. 65 (3/4): 341-352.
- GONÇALVES, V. S. (2000/2001) – O trigo, o cobre, a lã e o leite: um guia bibliográfico e uma curta introdução às sociedades camponesas da primeira metade do 3º milénio no centro e sul de Portugal. *Zephyrus*. Salamanca. 53/54: 273-292.
- RIBEIRO, C. (1878) – *Estudos prehistoricos em Portugal*. 1 – *Noticia da estação humana de Licêa*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 68 pp. Reedição fac-similada e comentada por João Luís Cardoso em *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 1 (1991), 184 pp.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1898) – *Religiões da Lusitânia* (vol. 1). Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1917) – Arqueologia liceense. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 22: 203-206.

Assembleias Gerais



Associação
dos Arqueólogos
Portugueses